

fonte: O Estado de S. Paulo class.: 83

data: 22/11/94 pg.: A-14

Para 'ongueiro', Cardoso dará mais espaço a entidades sérias

Possibilidade de maior participação no governo também preocupa representantes do setor

MARCO UCHÓA

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, fundador de uma ONG, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), já deu sinais de que seu governo será caracterizado pela parceria Estado-sociedade. As ONGs sérias terão papel fundamental na organização da sociedade e até no desenvolvimento de programas. No entanto, ninguém sabe ao certo como será, na prática, essa parceria entre governo e organizações não-governamentais. "Ele (Fernando Henrique) é desse meio e, com certeza, as entidades com trabalho de resultado terão mais espaço", acredita Guilherme Camargo, do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CBEE).

Mas a possibilidade de maior participação ao lado do presidente eleito começa também a preocupar os maiores representantes do setor. Existe a possibilidade de algumas

organizações passarem, com essa abertura, para o posto de executivas, comandar projetos financiados pelo governo. Essa preocupação é de Silvio Caccia Bava, de 44 anos, presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), criada há três anos e que reúne 180 entidades no País. "Serão necessários critérios de conduta para que essa parceria realmente funcione", afirmou. "Estamos diante da possibilidade de um verdadeiro boom de criação de ONGs meramen-

te executivas e distantes do projeto original que é discutir problemas e fortalecer os excluídos dos serviços públicos", disse Bava.

As ONGs brasileiras passarão, com Cardoso no poder, para uma posição que já desfrutam al-

gumas organizações não-oficiais da América Latina: ser o braço executivo do governo em algumas ações. "É um novo estágio, mas para isso dar certo é preciso critério e transparência", comentou Bava. Para Cândido Grzybowski, coordenador-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Ibase), criado em 1981 e que movimentava US\$ 3,12 milhões por ano — 20% com recursos nacionais —, o primeiro passo é a definição do

conceito de uma ONG. "Está difícil fazer distinção entre organizações alinhadas ao conceito original e as que simplesmente se apropriaram da denominação que passou a soar bem no País", afirmou.

"A função de uma ONG não pode ser banalizada", disse Cândido. Para ele, a alternativa seria aproveitar o reconhecimento de algumas entidades para exigir um estatuto e, assim, evitar confusões. "Fazemos trabalhos sociais e, assim, devemos prestar contas disso", disse. O Ibase publica comunicados periódicos sobre a aplicação dos recursos recebidos. Para facilitar a diferenciação de organizações ele sugere a mudança do nome não-governamental para entidades autônomas de cidadãos. "Mas a idéia de não-governo é importante e com essa alteração de sigla poderíamos perder essa força e o sentido de contraposição ao governo", explicou.

Isso demonstra a preocupação dos representantes do setor no "negócio fácil" das ONGs de fachada. "Não queremos privilégios no governo Fernando Henrique, mas sermos reconhecidos como interlocutores", afirma Cândido Grzybowski, braço direito de Betinho. As entidades ligadas à Abong devem preencher alguns requisitos: dois anos de existência, sem fins lucrativos, ser apresentada por duas entidades já filiadas e não depender do Estado ou Igreja.

BAVA:
'PARCERIA DEVE
OBEDECER A
CRITÉRIOS'